

ÁREA TEMÁTICA: Estratégia socioambiental

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO CAMPO DO AGRONEGÓCIO: o estado da arte entre o discurso e a prática promovida pela AIBA no Oeste da Bahia

ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY IN THE FIELD OF AGRIBUSINESS: state of the art between discourse and practice promoted by AIBA in Western Bahia

Joana Roberta Neiva de Souza Ramos
Bacharel em Administração
Mestranda em Ciências Ambientais pela Universidade Federal da Bahia/ICADS
joanaroberta14@yahoo.com.br

Cleildes Marques de Santana
Doutora em Administração
Professora adjunta da Universidade Federal da Bahia/ICADS
cleildes@ig.com.br

RESUMO

A introdução do segmento do agronegócio ao escopo de atividades econômicas do Oeste da Bahia incorreu em profundas transformações de várias ordens, inclusive, socioambientais. Nesse ambiente, no qual convive o progresso econômico de um lado e o agravamento dos problemas socioambientais de outro, a responsabilidade socioambiental surge, como um novo meio ou possibilidade de se alcançar o desenvolvimento local, de forma sustentável. Assim, o objetivo do presente estudo é identificar a configuração da responsabilidade socioambiental no âmbito do segmento do agronegócio da região. Foi realizada uma análise da atuação da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), por meio dos dados empíricos, coletados em documentos institucionais; entrevistas com gestores da associação e, sítios organizacionais, a fim de averiguar quais as ações que caracterizam essa atuação, os atores sociais envolvidos e, as suas principais características. Percebeu-se que o conceito de responsabilidade socioambiental construído por ela, representa uma forma de transferência dos ganhos obtidos pelo segmento, para a esfera social e desenvolvimento de ações ambientais no qual, o diálogo com diferentes atores sociais está presente, contudo, carece de aprimoramento em termos de articulação organizacional, para que se possa ampliar o atendimento das demandas sociais, promovendo de fato, o desenvolvimento sustentável local.

Palavras-chave: Responsabilidade Socioambiental, Agronegócio, Oeste baiano.

ABSTRACT

The introduction of the agribusiness segment to the scope of economic activities in Western Bahia incurred profound transformations of various orders, including environmental. In this environment, where economic progress live on one side and the worsening of environmental problems on the other, environmental responsibility emerges as a new means or ability to achieve local development in a sustainable way. The objective of this study is to identify the configuration of environmental responsibility within the agribusiness segment the region. An analysis of the performance of the Association of Farmers and Irrigators of Bahia (AIBA), by means of empirical data collected from institutional documents, interviews with managers of the association and organizational sites in order to determine what actions characterize this performance, the actors involved and their main features. It was felt that the concept of environmental responsibility built for her, represents a form of transfer of profits obtained by segment, for social development and environmental actions in which the dialogue with different social actors is present, however, lacks refinement in terms of organizational coordination, so that we can expand the assistance of social demands, promoting indeed local sustainable development.

Keywords: Environmental Responsibility, Agribusiness, Westen Bahia.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do sistema de produção agrícola mecanizado promoveu o aperfeiçoamento técnico da atividade, que passa a responder como uma das principais fontes de produção e renda no Oeste baiano, última fronteira agrícola do século XX. No entanto, ao mesmo tempo em que o setor do agronegócio trouxe uma nova configuração à atividade no campo como um ambiente rentável, promissor e consolidado economicamente, trouxe à tona, uma gama de problemas de dimensão socioambiental, provocados pelo seu desenvolvimento.

É notório, entretanto, que o setor desponta no mercado global, num período de importantes transformações econômicas, marcado por um ambiente que sucede à decadência dos preceitos comerciais oriundos da era moderna, sobretudo, devido às péssimas condições de vida humana, aliada aos sinais de decadência dos recursos naturais, cada vez mais constantes. Neste contexto, a responsabilidade socioambiental (RSA) emerge como uma alternativa eficaz, capaz de conciliar crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável, permitindo que as ações empresariais sejam percebidas muito mais pelos benefícios que proporcionam à sociedade, em detrimento dos seus impactos negativos.

Assim, o agronegócio, como co-autor de diversos problemas causados à sociedade e, em particular ao meio ambiente, alvo de constantes reivindicações, encontra no conceito de RSA a possibilidade de desenvolver uma gestão social e ambientalmente comprometida, sem comprometer os seus lucros. Na região Oeste da Bahia, dentre as organizações ligadas ao setor que tem incorporado a prática e o discurso de socioambientalmente responsável, destaca-se a AIBA, que se constitui na maior forma de representatividade associativa do agronegócio regional, com mais 1,3 mil associados, atuante em várias vertentes institucionais, no âmbito nacional e internacional.

Questiona-se, contudo, se a prática de RSA garante ao segmento, a possibilitam de criar políticas de distribuição dos ganhos obtidos no âmbito econômico para todos os integrantes da sociedade, que contribuem direta ou indiretamente para o desempenho positivo do setor e ao mesmo tempo, implementar práticas sustentáveis de utilização dos recursos naturais. Desse modo, justifica-se a relevância de analisar a configuração da RSA do segmento do agronegócio, no oeste baiano, neste estudo, por meio da atuação da AIBA, ressaltando o processo histórico de desenvolvimento das ações socioambientais, os beneficiados, parceiros envolvidos e principais características, objetivo deste trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O AGRONEGÓCIO DO OESTE BAIANO: BREVE RELATO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Fronteira agrícola brasileira de grande destaque na transição do século XX para o XXI, especializada na produção do setor primário, sobretudo, de *commodities* agrícolas (soja em grão, farelo, óleo bruto e algodão em pluma, entre outros) estando vinculada, portanto, a influências, forças e regras do capital externo (Organização Mundial do Comércio e Bolsa de Valores, por exemplo), a região Oeste do Estado da Bahia é um dos cenários brasileiros em que emerge, de forma nítida e pungente, problemas de caráter socioambiental (MONDARDO, 2011).

A inserção do agronegócio na região tornou os municípios localizados no Oeste da Bahia, os maiores produtores de renda agrícola no Estado, e por extensão, um dos polos promissores do setor no cenário nacional. Inspirado no mesmo modelo modernizado de agricultura, que foi inserido no

Brasil na década de 1970, dependeu da utilização de agroquímicos de forma intensiva, emprego da monocultura e, industrialização dos processos de produção animal e vegetal (SANTOS, 2007). Essas características da agricultura “renovada”, contudo, ao mesmo tempo em que proporcionara um expressivo crescimento econômico regional, foi também responsável por possibilitar a apropriação inadequada dos recursos naturais, bem como por afetar negativamente, a organização sociocultural dos habitantes locais.

Desse modo, o setor do agronegócio na região é considerado um dos principais responsáveis (agravante e também causador) por uma gama de problemas se tornaram expressivos e “comuns” e marcam a paisagem regional. Na dimensão social, destacam-se: a ocorrência de trabalho escravo; de grilagem de terras; aumento da distinção de classes sociais e, na dimensão ambiental: o descumprimento das leis ambientais; desmatamento das margens e nascentes dos rios; utilização indevida dos recursos hídricos, muitas vezes sem outorga e, geração de um passivo ambiental exorbitante (MONDARDO, 2011; SANTOS, 2007). Fica perceptível então, que o Oeste tornou-se um palco de injustiças sociais e irregularidades ambientais.

A tabela 1, abaixo, apresenta um exemplo de que os ganhos registrados na dimensão econômica, não refletem os mesmos ganhos em termos de desenvolvimento humano, o que é mais notório (e grave) no caso de São Desidério, principal produtor de algodão do país (ANUÁRIO AIBA, 2011/12), com a maior renda agrícola do Estado e, contudo, aparece com o IDH-M regular (0,610), na segunda pior posição em relação aos demais municípios.

Tabela 1: Renda agrícola e índice de desenvolvimento humano dos municípios em 2006 localizados no Polo Oeste Baiano.

MUNICÍPIOS	RENDA AGÍCOLA DA BAHIA		ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL EM 2006	
	R\$ mil	Ranking Bahia	IDH-M	Ranking Bahia
São Desidério	1.077.026	1	0,610	253
Formosa do Rio Preto	653.911	2	0,646	118
Barreiras	505.090	3	0,723	11
Luís Eduardo Magalhães	386.472	4	-	-
Correntina	335.025	5	0,642	126
Riachão das Neves	223.096	6	0,570	385
Jaborandi	169.198	7	0,617	228
Cocos	66.838	8	0,615	239
Coribe	28.502	9	246	246
São Félix do Coribe	27.871	10	0,683	39

Fonte: Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia, 2006 e Anuário Aiba, 2011/12.

No rol de fatores que contribuíram, sobremaneira, para a sua configuração socioambiental insustentável, dois se destacam: a introdução de uma agricultura convencional altamente mecanizada, por imigrantes, sobretudo, sulistas e, a “permissividade” de que abusos nas várias dimensões da região fossem praticados desde o início da ocupação territorial, favorecidos pela negligência do governo em sua relação, principalmente até a década de 1960. Assim, a atuação das organizações que compõem o setor foram (são), em alguma medida, responsáveis pelo atual contexto do Oeste baiano (SANTOS, 2007; MONDARDO, 2011).

Segundo Viana (2004), um dos desafios do agronegócio no Oeste baiano é conciliar desenvolvimento com a sustentabilidade socioambiental do local. O autor considera que essa “harmonia aparentemente excludente” (op. cit. p. 865) deve ser discutida com cuidado. Dentre as ações que podem ser empregadas para uma possível mudança desse cenário, situa-se a atuação socioambiental responsável (ALIGRERI, ALIGRERI e KRUGLIANSKAS, 2009).

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O termo responsabilidade possui um longo histórico, tendo se originado a partir das discussões políticas e filosóficas sobre a ética e a moral nas civilizações clássicas, no entanto, na condição de prática corporativa, o primeiro movimento desenvolveu-se no início do século XX estendendo-se pelas cinco décadas que se seguiram (TENÓRIO, 2006). Neste período, a atuação responsável no âmbito empresarial restringia-se a atender os objetivos de maximização dos lucros do único grupo de interesse das empresas, os acionistas e, responder às suas obrigações legais. Uma nova ideia de responsabilidade que servira de base para o atual debate da questão, entretanto, começaria a ser construída a partir da década de 1960. Passa a ser apresentada como uma preocupação voltada para as questões sociais, contudo, não avançaram nas discussões sobre a questão ambiental como ocorriam com relação a social (ASHLEY, 2005; TENÓRIO, 2006; BORGER, 2006).

A emergência da problemática ambiental, que resultou na construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) como aquele que responde às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades (VEIGA, 2007), concedeu à questão ambiental a mesma importância do social nas discussões sobre RSA (NASCIMENTO, LEMOS e MELLO, 2008). A empresa com seu papel de agente social influente, transformador, responsável pelo desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, por condições humanas precárias e degradação ambiental (BORGER, 2006; DIAS, 2012), se vê obrigada à incorporar o conceito de DS aos seus negócios.

Situadas em um ambiente emergente, em que vigora o paradigma ambiental e um mercado cada vez mais exigente e globalizado, a responsabilidade organizacional passa a ser discutida como uma atuação voltada para os *stakeholders*. Este termo, criado por R. Edward Freeman em 1984, para designar a ideia de partes interessadas, ampliava o leque de agentes sociais de interesse para organização, que até então considerava apenas os acionistas (In: KREITLON, 2008). É possível observar um consenso entre vários estudiosos da temática, dentre os quais, Tenório (2006), Borger (2006), Veiga (2007) e Dias (2012), de que a atuação responsável requer um diálogo contínuo, entre a organização e todos os grupos sociais, internos e externos que estão envolvidos com suas atividades, isto é, com a comunidade local como um todo. Sobre isso, Borger (op. cit. p. 37) ressalta que:

Um modelo de engajamento na atuação de responsabilidade socioambiental requer que os gestores definam os elementos básicos da RSE, compreendendo as questões que envolvam responsabilidade social, identificando os agentes sociais com os quais a empresa tem responsabilidade, relações ou dependência e especificando a filosofia de respostas para as questões.

Para Ashley (2005), tão importante quanto orientar a atuação socioambiental responsável para atender as necessidades dos diferentes grupos sociais, se faz necessários que este modelo seja pautado na ética, compromisso de promover uma maior participação local, respeito ao ambiente e promoção de ações sustentáveis, com base no respeito aos valores e comportamentos morais, de justiça, honestidade, respeito, transparência na comunicação social, dentre outros. Na opinião de Veiga (2007), significa ultrapassar o cumprimento de obrigações legais e, não se confundir com ações assistencialistas, com prazo determinado de existência.

A implementação de um modelo de RSA nestes termos, proporciona benefícios para a sociedade como um todo e, para a organização. Contudo, concepções críticas em torno da temática, apontam que esta prática, em muitos casos, permanece refém dos ditames da ordem capitalista. Um

destes críticos é Kreitlon (2008) que afirma ser aparentemente utópica a possibilidade da organização agir de forma responsável sem pensar em uma contrapartida. Para a autora, há uma apropriação do discurso da RSA por parte gestores, como mecanismo de legitimação de suas atividades insustentáveis.

A emergência de diferentes concepções como estas pode ser explicada por seu caráter dinâmico, interdisciplinar, multidimensional e, complexo (BORGER, 2006; DIAS, 2012), que devido à popularização da temática, vem sendo alvo fácil das organizações que beneficiam-se ao empregá-la como discurso em sua atuação. Por conta disso, pode-se supor que implementá-la representa um desafio para as organizações, que deverão superar uma visão estritamente econômica da empresa, a fim de conduzir a organização a uma nova forma de relação com a sociedade em todas as suas dimensões – social, ambiental, cultural, econômica, política e jurídica.

Apesar de se sobrepor a falta de consenso, tanto no campo teórico como prático, acerca da conceituação da RSA (KREITLON, 2008), colocando-a em permanente processo de construção, é possível afirmar que há um entendimento comum da temática, como um comprometimento ético da organização frente às novas demandas da sociedade, com questões sociais e ambientais, que minimizam os impactos das ações destas no ambiente, e por extensão, proporcionem uma melhoria na qualidade de vida, tanto de seus agentes internos, como dos agentes externos.

A organização assume, sob essa lógica, uma responsabilidade que se entende do seu interior, para todo o âmbito complexo que a rodeia, refletida nas várias dimensões do local em que desenvolve suas atividades, o que vai alcançar proporções globais. Não se limita à uma prática temporária, caridosa, voltada à uma dimensão isolada, como o é as ações filantrópicas. A RSA é mais abrangente, e objetiva incorporar a realidade de determinado contexto, sua cultura, potencialidades e lacunas (LEFF, 2006), conciliando as estratégias produtivas com valores fundamentados na ética e moral e, promovendo e respeitando o diálogo entre a organização e os vários stakeholders que a rodeia.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Com o intuito de atender ao objetivo proposto para este artigo, adotou-se como estratégia metodológica o estudo de caso, que segundo Oliveira (2007) possibilita o emprego de diferentes técnicas, a fim de facilitar a compreensão do fenômeno da realidade em estudo. Assim, a sua utilização possibilitou explanar o objeto desta pesquisa, a AIBA, sendo a maior atenção conferida a aqueles referentes à sua atuação socioambientalmente responsável. Seguindo esta lógica, a abordagem empregada foi a qualitativa, que segundo o autor supracitado, permite a realização de uma análise reflexiva do fato social.

Quanto aos objetivos da pesquisa, classifica-se como exploratório e descritivo. Segundo sugere Beuren (2008, p. 80) por meio do primeiro, pretende-se “conhecer com maior profundidade o assunto de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”. Com relação a ser descrito, de acordo com o mesmo autor, justifica-se por permitir a comparação dos dados obtidos com a pesquisa exploratória, partindo para uma investigação mais profunda com interpretação dos fatos e, inter-relacionando entre si, as variáveis do objeto de estudo.

A pesquisa documental foi o procedimento que norteou a obtenção de informações institucionais relativas ao objeto deste estudo. Por meio dela, afirma Oliveira (2008) é possível acessar toda composição que se encontra registrada em escritos ou audiovisuais e sonoros, referentes àquilo que se pretende estudar. Dentre os resultados obtidos a partir da sua utilização neste estudo, destaca-se o acesso ao sítio eletrônico da associação e, dos seus anuários e informativos publicados, particularmente, entre os períodos de 2004 a 2012 e 2007 a 2012, respectivamente.

O contato direto com os gestores da instituição que se encontram no âmbito da atuação responsável, foi estabelecido por meio da realização de entrevista semi-estruturada. Esta, na concepção de Marconi e Lakatos (2007, p. 197) é “um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”. A elaboração do roteiro das entrevistas só foi concluída, após o levantamento do maior número de informações documentais sobre a prática da RSA pela AIBA, com o intuito de contemplar questões relevantes não abordadas nestes, bem como, esclarecer fatos que tenham produzido dúvidas.

Desse modo, tornou-se viável a descrição e discussão da configuração da RSA do agronegócio no oeste baiano, por meio da atuação da AIBA, contemplando especificamente, seu processo de constituição e desenvolvimento, as principais práticas/ações, beneficiados e parceiros envolvidos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 DESCRIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A AIBA é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com período de duração indeterminado e sua sede está localizada na cidade de Barreiras do Estado baiano. Foi fundada no dia 22 de junho de 1990 por 16 sócios-participantes, que visavam congregar inicialmente, apenas produtores irrigantes da fronteira agrícola do Oeste baiano. Atualmente possui mais de 1,3 mil associados, que na safra 2009/2010 representou um total de 95% da área plantada na região, que foi de 1,7 milhões de hectares (ANUÁRIO AIBA, 2010/11).

As principais finalidades para as quais a associação foi organizada permanecem vigentes até dos dias de hoje, sendo elas: a representação dos interesses do setor na região; troca de informações e conhecimentos entre os associados; prestação de serviços por profissionais de diferentes áreas para atender demandas administrativas e jurídicas, por exemplo; investimento em pesquisas e modernização tecnológica do setor; promoção do diálogo de conhecimentos e informações entre órgãos vinculados ao agronegócio; e, elaboração e manutenção de um banco de dados disponibilizado aos associados (ANUÁRIO AIBA 2009/10).

Outra vertente na qual a associação tem deixado explícita o seu interesse de atuar, é no desenvolvimento regional, em diferentes dimensões. Com relação à econômica, A AIBA é considerada uma instituição de referência no Oeste da Bahia, estando à frente de diversas ações que trouxeram benefícios para o setor, dentre os quais: a colaboração direta para a extinção do recolhimento da Contribuição Social Rural, o Funrural, que por anos foi contestada pelos produtores do estado e; realização da maior feira agropecuária do Norte/Nordeste, tendo movimentado na última edição mais de R\$ 590 milhões de reais (INFORMAIBA JUN/2012).

No que se refere às dimensões social e ambiental, ela tem reconhecido a importância de ampliar sua atuação para estas, em prol de promover um agronegócio sustentável. Assim, esta preocupação parece se justificar ao torná-la explícita em seus princípios institucionais, conforme demonstra a figura 1.

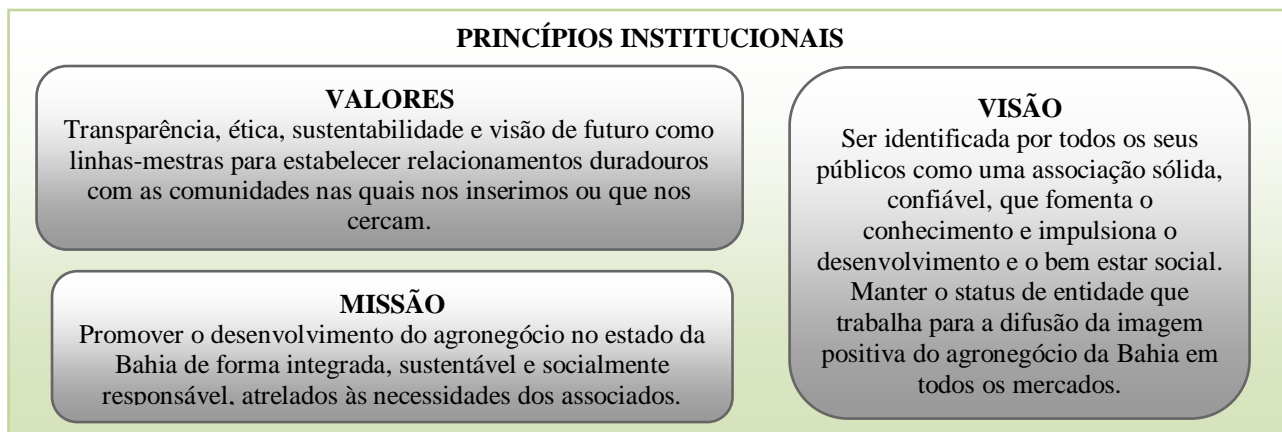


Figura 1 - Princípios institucionais da AIBA

Fonte: Disponível em <www.aiba.org.br>. Acesso em 30/12/2010.

Com o intuito de colocar em prática essa proposta de auxiliar na promoção de um desenvolvimento agrícola em bases sustentáveis para a região, a associação tem se engajado em ações de caráter social e ambiental, desde o ano de 2000, que têm se aprimorado anualmente (ANUÁRIO AIBA 2008/09). O conjunto destas ações forma a configuração da prática socioambiental responsável da AIBA, no Oeste baiano.

4.2 AÇÕES DE RSA DESENVOLVIDAS PELA AIBA

Dentre as principais atividades da instituição no âmbito da RSA, a Central Campo Limpo foi uma das primeiras. Idealizada ainda na década de 1990, iniciou suas atividades em 2001, adquiriu o título de ser o primeiro estabelecimento de recolhimento do Nordeste a entrar em atividade. De acordo com Anuário Aiba 2007/08 (p. 16) a Central representa “*uma das formas de cuidar do meio ambiente (...)*”.

A iniciativa objetiva receber as embalagens de produtos químicos que devem ser entregues pelos produtores e em seguida, conferir se o material foi devidamente lavado para posteriormente efetuar a prensagem das embalagens, transformando o lixo tóxico em material aproveitável. Atualmente o estabelecimento é gerenciado pela Associação do Comércio de Insumos Agrícolas (ACIAGRI). Contudo, sob a supervisão da AIBA até 2008, a Central respondia por 90% de todo material coletado no Estado da Bahia e foi, desde o início das suas atividades, a maior do País.

No mesmo ano em que a Central Campo Limpo iniciou suas atividades, em 2003, a AIBA inaugura, em parceria com a Codevasf, o Viveiro Central de Mudanças Nativas Exóticas do Cerrado/Caatinga. “*A idéia de implantação do Viveiro surgiu da demanda potencial que a região tem relação ao plantio de espécies nativas do cerrado e da caatinga como também das matas caducifólias do Vale do Rio Grande*” (ANUÁRIO AIBA 2004/05, p. 10).

Para isso o Viveiro conta com uma área de 25.000 m² localizada ao lado da Central Campo Limpo, sendo a coleta das sementes, responsabilidade da associação, do qual o Departamento de Meio Ambiente está encarregado. Estima-se que sejam produzidas anualmente 150 mudas de 37 espécies nativas da região. Entretanto, essa produção apenas é acionada quando há encomendas. Assim, no ano de 2006 sob encomenda da CODEVASF, o Viveiro produziu 300.000 mudas utilizadas para reflorestar áreas degradadas localizadas às margens do Rio São Francisco e 100.000 mudas no ano de 2007.

Já em 2004 a AIBA iniciou a Campanha Natal Solidário, com o objetivo arrecadar “*gêneros alimentícios, roupas, calçados e material escolar para entidades de assistência às comunidades carentes de diversos municípios do Oeste da Bahia*”, esboça o Informativo Aiba (nov./2007, p. 8).

O primeiro ano de Campanha registrou uma arrecadação de três toneladas de alimentos. Por conta do bom resultado apresentado já no primeiro ano, outras entidades aderiram à iniciativa, a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA), Fundação BA e o Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão (FUNDEAGRO).

Em 2005 as doações triplicaram, chegando à 9 toneladas de alimentos e, outros materiais entraram na lista. Além das nove toneladas de alimentos recolhidos, vestuário, material escolar, brinquedos, material esportivo, material de construção, cobertores, lençóis e fardamento escolar foram também recebidos da comunidade. No ano de 2007 o material recolhido foi também destinado para atender pedidos de algumas crianças que, por meio do Correio, escreveram cartas para o “Papai Noel”. Em 2008 os resultados foram ainda maiores, com a arrecadação de 18 toneladas de alimentos, além de 1,7 mil brinquedos e outros produtos.

O Fundesis foi idealizado em 2006 pela AIBA em parceria como o BNB. Com um investimento que ultrapassam R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), de acordo com o Informativo Aiba (set./2006, 04), foi instituído e iniciou suas atividades com o objetivo de:

(...) financiar projetos sócio-ambientais que contemplem as seguintes linhas de atuação: inclusão social; educação, cultura e inclusão digital; programas de saúde preventiva; geração de renda e empreendedorismo; preservação e educação ambiental; defesa fitossanitária; agricultura sustentável.

Segundo exposto pelo Informativo Aiba (ago./2007, p. 07) o programa “(...) é, sem dúvida, uma das mais completas iniciativas de Responsabilidade Social já implantadas no Oeste da Bahia”. Representa uma reformulação da Campanha Natal Solidário, que de acordo com a o documento supracitado, o Fundo é uma ação completa por apoiar, por meio de instituições já existentes, várias demandas sociais, conforme ressalta (no documento) o ex-presidente da Aiba, Humberto Santa Cruz que “O benefício de um programa como o Fundesis é efetivo e duradouro, porque se baseia naquela que é a única chave possível para a mudança, e que não se acaba com o tempo: a educação” (p. 07).

A arrecadação dos valores é feita em cada operação de investimento ou custeio de associados da AIBA que aderiram ao Fundo, com destinação de uma parcela de 0,15% do total do financiamento ao Fundo. O banco participa renunciando a 0,25% desse valor. Para concorrer ao Fundesis, os projetos devem ser propostos por Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos com no mínimo dois anos de constituição e experiência na implementação e execução de projetos sociais e que disponham de condições físicas para garantir a efetividade do projeto a ser financiado pelo Fundo. Ademais, os projetos devem comprovar que estejam empenhados em algumas das ações citadas anteriormente.

Outro projeto de grande relevância para a associação é o Plano Oeste Sustentável. O Plano Estadual de Adequação e Regularização dos Imóveis Rurais, denominado na região Oeste, em conformidade com as suas características, como Plano Oeste Sustentável. Cabe ressaltar que o Plano é um projeto do Governo do Estado, contudo, a associação afirma que esteve presente em todas as etapas que levaram à sua constituição e, continua colaborando com para sua implementação.

Foi instituído em 2009 e regularizado pela Lei nº 11.478/2009. Surgiu como uma alternativa de normalizar o passivo ambiental da região, por meio da parceria entre produtores da Bahia e Governo do estado e faz parte de um programa, o Velho Chico Vivo com um objetivo maior de

regulamentar áreas produtivas em toda a extensão do Rio São Francisco. Conforme o Informativo Aiba (nov./2010, p. 06):

(...) o Plano envolve um conjunto de ações relacionadas à gestão ambiental, licenciamento de atividades vinculadas ao agronegócio, cadastramento de propriedades, uso do solo, recuperação de matas ciliares e definição e localização de reserva legal”.

A associação entende que o Plano constitui-se uma forma de atuação responsável por dois motivos evidentes: o primeiro é pelo envolvimento da AIBA numa negociação entre diferentes atores sociais – Estado, organizações privadas e organizações da sociedade civil, representado pela ONG TNC, para defender os interesses dos associados e produtores em geral; o segundo, por se tratar de uma ação em favor da utilização consciente e responsável dos recursos naturais pelos produtores.

As doações de mudas do Viveiro Central representam outra prática responsável desenvolvida pela AIBA. Assim, a associação além de produzir mudas para atender à demandas específicas, produz mudas também para doar à projetos socioambientais. No ano de 2008 o Viveiro concede cerca de 2.000 mudas para o Comitê da Bacia do Rio Grande, com fins de reflorestar matas ciliares na região do Oeste baiano.

No ano anterior, foi contemplado o Projeto de Responsabilidade Social Viva Verde, formado por alunos de uma escolinha de futebol de Barreiras, que se organizaram para fazer a coleta de lixo das ruas, trilhas e beira de rios e em seguida plantar mudas de plantas nativas da região. A AIBA, por meio do Viveiro Central de Mudas, contribuiu para o projeto fazendo a doação de mudas essências florestais.

Outro campo de atuação responsável da associação é a área trabalhista. Conforme expõe o Anuário Aiba 2006/07 (p. 05),

A orientação para o cumprimento da legislação trabalhista e para a adoção de práticas de gestão socialmente responsável está sempre á disposição do associado. Nos últimos anos, eventos foram realizados em parceria com órgãos fiscalizadores, com o objetivo de melhorar as relações entre capital e trabalho no campo. Graças a isso, o número de litígios foi reduzido.

Nesta linha de atuação, a associação desenvolveu em 2007 um seminário para discussão sobre a aplicação da NR 31, norma reguladora das condições de segurança e saúde do trabalhador rural, juntamente com instituições vinculadas ao Ministério do Trabalho, Secretaria do Trabalho Emprego, Renda e Esporte da Bahia (SETRE) entre outras.

Atualmente participa também da Convenção Coletiva do Trabalho, em que empregados e empregadores rurais, por meio de representantes das duas partes, discutem questões relativas às condições de trabalho, piso salarial, etc.. Ademais, a AIBA conquistou uma vaga na CPRR-BA como representante do Oeste, garantido o direito de propor alterações e ajustes nas normas de segurança e saúde do trabalho no meio rural, a NR 31.

No que tange às práticas voltadas para seus colaboradores, associação afirma, no Anuário Aiba 2005/06 (p. 11), que a atuação responsável começa no ambiente interno da organização, portanto, “(...) não basta ser socialmente responsável da porta para fora, internamente, a instituição prima por um relacionamento transparente, pautado pela ética e respeito aos colaboradores”. Para isso, a associação, “(...) oferece condições de condições adequadas e remunerações justas, investe e estimula o desenvolvimento pessoal e profissional por meio de um programa de bolsas de estudos (...)”. Este é destinado aos colaboradores da associação, com o objetivo de investir no potencial e capacitação de cada um deles, estimulando o seu interesse.

4.3 DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO CONCEITO DE RSA

A temática da atuação responsável pela associação foi introduzida ao escopo de suas prioridades, devido ao desenvolvimento do segmento na região iniciar-se paralelamente à emergência das discussões, em nível global, do conceito de sustentabilidade e DS. Assim a AIBA passa a demonstrar preocupação com os três pilares da sustentabilidade, quando esboça no Anuário Aiba 2006/07 (p. 05) que:

(...) o termo “sustentabilidade” reflete um novo modo de pensar e agir, cada vez mais recorrente no consumidor em todo o mundo. (...) A promoção do desenvolvimento sustentável do agronegócio no Estado da Bahia é o que orienta o trabalho da AIBA (...).

Essa ideia de RSA voltada para um desenvolvimento que seja sustentável corrobora coma visão de Dias (2006) e Nascimento, Lemos e Melo (2008) que afirmam que a organização para ser considerada sustentável deve manter uma harmonia entre o econômico, social e ambiental.

Nota-se que há apenas uma década depois de existência, é que surgem as primeiras iniciativas de atuação responsável pela instituição. Apesar de demonstrar contrariedade de imediato, uma vez que afirma que foi constituída para promover o desenvolvimento sustentável do agronegócio desde a sua existência, e começá-lo a fazer há apenas 10 anos depois, para Tenório (2006), neste caso o que acontece é um período de familiarização da associação com algumas demandas sociais da região.

Esse período de familiarização, de acordo com Ashley (2005), é fundamental, para que a organização entenda o meio no qual está inserida e as suas principais demandas, para que as ações que venham a desempenhar, surtam os efeitos esperados. Assim, nesse primeiro momento, a associação começa a se engajar em ações pautadas naquilo que ela identificou no primeiro momento, dentre as quais: questões latentes da sociedade como fome, pobreza e, destinação incorreta de materiais tóxicos.

Verifica-se ainda, que neste período de aprimoramento da prática responsável, as ações, na maioria dos casos, refletem muito mais uma prática filantrópica e obrigação legal. A exemplo, cita-se a Campanha Natal Solidário, com o intuito de arrecadar e distribuir alimentos, vestuários e brinquedos para entidades filantrópicas e famílias carentes da região, não representa de fato uma ação de RSA, mas sim filantrópica, pois, trata-se de ação que visa atender a uma demanda social imediata e isolada.

Contudo, a associação, apesar de apresentar a Campanha Natal Solidário, em diversos momentos (em documentos institucionais) como uma prática de responsabilidade social, parece se retratar no Informativo Aiba (jul./2008, p. 04), quando apresenta o FUNDESI, como um projeto com uma ideia melhorada da Campanha e, afirma que “*o Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia (Fundesis) é, sem dúvida, uma das mais completas iniciativas de Responsabilidade Social já implantadas no Oeste da Bahia*”.

A segunda fase, contudo, parece desenvolver-se juntamente com a criação do Fundesis, na qual o termo “integração” é utilizado pela AIBA como sendo a maior expressão do que se objetiva com a atuação responsável. De acordo com entrevista realizada com o gestor responsável pelo fundo, a RSA representa “*a integração, sustentabilidade e a inclusão social da sociedade no todo*”. De fato, ele possui características que o permite ser considerado um projeto de caráter socioambiental, uma vez que por meio dele a associação pretende atender à diferentes problemas da esfera social, por meio de entidades já constituídas que desenvolvam trabalhos para extinguir ou

minimizar esses problemas. Não é por acaso que atualmente a AIBA, o considera como a sua principal realização de RSA.

No campo ambiental, a AIBA, nos dois últimos Anuários publicados, limita-se a apresentar apenas o Plano Oeste Sustentável como a sua parcela de contribuição para a questão ambiental. Considera-se esse fato relevante, porque no Anuário a associação faz um balanço geral de suas ações em todas as esferas, e ao contrário do que expunha as publicações de 2004/05 a 2007/08, a Central Campo Limpo e o Viveiro Central de Mudanças, por conta da omissão dos Anuários de 2008/09 e 2009/10, percebe-se que já não são assuntos de interesses para as colunas do documento. Entretanto, fatos como doações eventuais de mudas e comemoração do Dia do Meio Ambiente, aparecem corriqueiramente em publicações do Informativo da associação.

Dessa forma, pode-se constatar que há um afunilamento das ações de RSA, no qual permanecem aqueles projetos que tenham uma abrangência maior, tanto em número de beneficiados, como no número de localidades atendidas e, na quantidade de benefícios gerados. Utilizando a concepção de Nascimento, Lemos e Melo (2007), nota-se que a AIBA tem conseguido com esses dois programas atingir um número maior de seus *stakeholders*.

Assim, considerando que o propósito seja atender as necessidades de um número maior de pessoas e/ou grupos, estar claro que no âmbito social o Fundesis “faz a tarefa de casa”, visto que somente por meio de um projeto consegue beneficiar 300 pessoas. De forma análoga, o Plano Oeste Sustentável pretende contemplar, somente entre produtores, cerca de 2.000 (dois mil).

Contudo, constata-se que esse enxugamento das ações em função de obter números maiores de contemplados, incorre em dois processos de simplificação das ações da AIBA: o primeiro, representado pelo Fundesis, demonstra que a associação acaba canalizando seus esforços de RSA para determinada parcela da sociedade, direcionando-as exclusivamente, para entidades filantrópicas. O segundo revela uma diminuição do escopo de possibilidades de atuação da AIBA voltadas para a dimensão ambiental, no qual o Plano Oeste Sustentável parece ser auto-suficiente.

4.4 BENEFICIADOS E PARCEIROS: OS STAKEHOLDERS ENVOLVIDOS

A intenção da associação com esse rol de programas e ações, segundo exposto no Anuário Aiba 2004/05 (p. 13) é demonstrar “a prática de uma gestão consciente do seu papel na sociedade, por isso a responsabilidade social é prática de forma séria e crescente (...)”. Na sequência, afirma que o objetivo desses projetos é promover benefícios para a comunidade. Assim, cada um desses programas e ações permite identificar quais são, ou pelo menos, apontar os setores mais evidentes da região Oeste que se beneficiaram (no caso daqueles que não existem mais) ou se beneficiam por cada um deles, conforme expõe o quadro 1, abaixo.

Quadro 01. Segmentos da sociedade civil beneficiados

Programas/Ações Socioambientais	Segmentos
Central Campo Limpo	- Prefeituras municipais da região Oeste da Bahia; - Órgãos estaduais: EBDA; ADAB; CODEVASF.
Viveiro Central de Mudanças	- Assentamentos rurais; - Projetos socioambientais.
Campanha Natal Solidário	- Projetos sociais; - Pessoas físicas, representantes de bairros e associação de moradores.
FUNDESI	- Projetos com foco em educação, cultura, meio ambiente, inclusão digital e social, e defesa sanitária.
Plano Oeste Sustentável	- Produtores rurais; - Órgãos estaduais e federais: SEAGRI, SEMA, Instituto Meio Ambiente (IMA), IBAMA, ONG TNG, e Ministério Público.
Convenção Coletiva do Trabalho e aplicação da NR 31	- Ministério do Trabalho e Emprego; - Delegacia Regional do Trabalho; - Sindicatos de produtores e trabalhadores rurais;

	- União dos Municípios, da Bahia (UMOB); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG).
--	--

Fonte: Elaboração própria, 2011.

Considerando o conceito de *stakeholders* empregado Nascimento, Lemos e Mello (2008), Ashley (2005) e Tenório (2006) como sendo o grupo de pessoas que influenciam e são influenciadas pela atuação da organização, observou-se que os *stakeholders* do segmento do agronegócio, contemplados pelas ações de RSA na região são: produtores; estudantes; assentamentos; projetos sociais; ONG's; associações de moradores; entidades de assistência social; empregados; empregadores e, órgãos públicos e ambientais.

Este grupo pode, ainda, ser dividido em *stakeholders* internos e externos à organização (BORGER, 2006) à organização, sendo os internos: produtores, empregados e empregadores; e externos: estudantes; assentamentos; projetos sociais; órgãos públicos, ONG's, associações de moradores e entidades de assistência social.

Outro grupo de *stakeholders* identificados na prática da RSA pela AIBA, considerando a mesma conceituação acima descrita, foram os parceiros, que acabam por se confundir com o grupo de beneficiados. A associação afirma que para desenvolver ações responsáveis no campo social e ambiental a fim de cumprir com a missão, visão e valores, foi necessário a ampliação do quadro de parceiros (ANUÁRIO AIBA 2007/08). Neste sentido, destaca que tem se empenhado “(...) *junto com as entidades parceiras na construção de um agronegócio forte e sustentável*” (ANUÁRIO AIBA, 2004/05, p. 04).

A figura 2, abaixo explicita de que forma estão distribuídos esses setores no campo da RSA implementada, e revela que no conjunto de parceiros da associação encontram-se representantes das dimensões social, ambiental, econômica, política e jurídica. Na visão de Dias (2012), promover a interação com os diversos componentes da sociedade, como se verifica neste caso, implica em ter uma garantia maior do que as práticas de RSA responderam aos anseios da sociedade, pois ela, por meio de cada um desses setores, está participando do processo de desenvolvimento das ações.

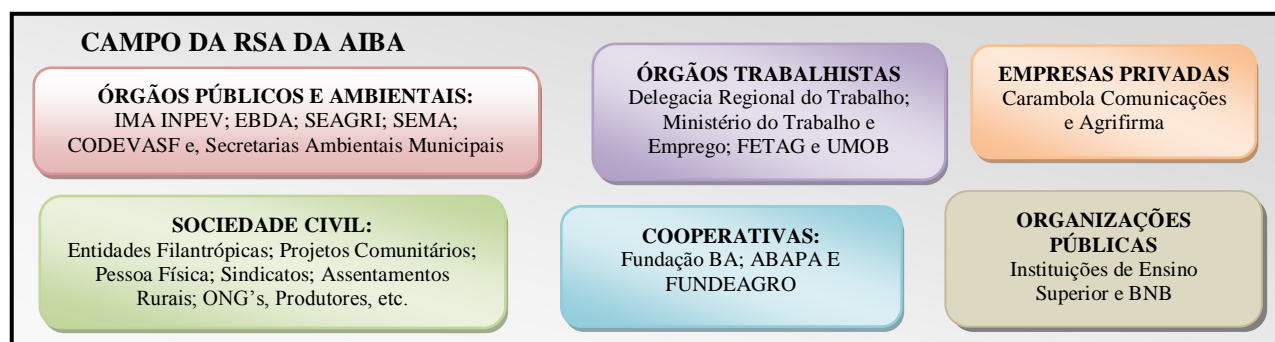


Figura 2 - Atores sociais que compõem o campo da responsabilidade socioambiental da AIBA.

Fonte: Elaboração própria, 2011.

O quadro de parceiros da AIBA é composto por representantes de diferentes setores e interesses sociais, uma vez que, promove atividades de responsabilidade voltadas para diferentes demandas socioambientais. Um depoimento registrado no Informativo Aiba (jan./2007, p. 11), a AIBA demonstra satisfação com as parceiras firmadas para a Campanha Natal Solidário,

O sucesso do convênio entusiasma a todos os participantes porque supera com êxito a produção em larga escala de mudas de espécies nativas, credenciando a parceria para metas ainda mais arrojadas. Além disso, deixa a sensação de que estamos contribuindo efetivamente para o bem estar de nosso meio ambiente.

Quanto à interação entre as ações desenvolvidas, o que se verificou foi uma despreocupação da AIBA com relação a isso. Quando se questionou, na realização de entrevista com o gestor do Fundesis, se o fundo, por ser um programa que possui uma estrutura física e um corpo de funcionários, se responsabilizava e/ou possuía alguma ligação com as outras atividades de RSA, desenvolvidas pela associação, a resposta da gestora foi “*não, o Fundesis atende apenas o terceiro setor (...)*”.

Assim, o que se quis demonstrar com a apresentação dos atores sociais envolvidos (na figura acima), separados por blocos de afinidades envolvidos é a falta interação entre as ações desenvolvidas pela associação. Não se pode negar a relevância de todas as atividades possuírem uma estrutura organizada, como acontece com o Fundesis, o Plano Oeste Sustentável, as ações trabalhistas, o Viveiro central de Mudas e do Programa de Bolsas de Estudos que são de responsabilidade de departamentos da associação. Porém, pode-se inferir que o diálogo que a associação busca fazer entre os diferentes setores sociais, parceiros de suas ações de RSA, não é feito em seu âmbito interno.

4.5 CARACTERÍSTICAS DA ATUAÇÃO RESPONSÁVEL

Em relação às características da atuação responsável pela AIBA, uma delas pode-se inferir por meio do processo de desenvolvimento da temática RSA apresentado pela associação, em que as ações implementadas pela instituição, podem se classificar em três grupos: o conjunto de ações que atendem aos anseios dos associados, inclusive para a maximização dos lucros; as ações que visam sanar demandas do âmbito social e as ações destinadas à sustentabilidade ambiental. De acordo com Veiga (2007) essa dimensão é essencial para a sobrevivência da organização e por extensão, para que ela tenha condições de atuar, de forma responsável, nas outras dimensões, a social e ambiental.

No que tange às ações desenvolvidas pela associação, voltadas para a esfera social, conforme o autor supracitado e Nascimento, Lemos e Mello (2008), compartilham com a percepção da RSA como uma antecipação de futuros problemas na esfera social, incluindo neste rol a dimensão ambiental, os programas desenvolvidos pela AIBA que se aplicam a esse conceito são: o Fundesis, o Programa de Bolsa de Estudo e as contribuições para o melhoramento das relações trabalhistas entre associados e os seus empregados. Por conta do caráter filantrópico da Campanha Natal Solidário, ela se classifica como uma prática social que atende às demandas imediatas da sociedade.

De forma análoga, o grupo das ações que contemplam a questão ambiental segundo a AIBA compreende os projetos Central Campo Limpo, Viveiro Central de Mudas e o Plano Oeste Sustentável, além dos eventos comemorativos do Dia do Meio Ambiente e Dia Nacional do Campo Limpo, entretanto, há que se fazer uma ressalva, visto que a Central Campo Limpo surge após a normalização de uma lei, que institui que a necessidade do produtor de assumir a sua parcela de responsabilidade, no que tange ao descarte dessas embalagens. Assim, pautando-se no posicionamento de Nascimento, Lemos e Mello (2008), esse projeto caracteriza-se como um ato de obrigação legal.

Cumprе ressaltar, contudo, que esta é uma análise, considerando as ações de forma isolada. No conjunto, percebe-se que a AIBA demonstra empenho em desenvolver práticas de RSA que atendam a diferentes demandas sociais. Porém, o desenvolvimento de todas as ações viabiliza-se na medida em que estas corroborem com os interesses dos associados. Esta segunda característica da prática responsável pela AIBA confirma-se ao ser afirmado que “*o associado é a nossa prioridade*”

e recebe total apoio e suporte para a prática da atividade agrícola” (ANUÁRIO AIBA 2005/06, p. 06).

Neste caso, remete-se ao conceito de associação apresentado por Zylbersztajn e Machado Filho (1998, p. 08), no qual significa uma organização “de representação de classe na defesa do interesse de seus membros (...)”. Pode-se inferir, então, que a RSA passa a ser assunto de interesse para a associação, porque antes o foi para os seus associados. Assim, a AIBA passa a vincular sua imagem a um desenvolvimento do segmento do agronegócio em bases sustentáveis, a fim de transmitir a preocupação dos associados com o bem-estar social e a preservação ambiental.

Uma terceira característica que se pode inferir por meio dos dados apresentados é que os parceiros da AIBA nas ações de RSA que desempenha, são ao mesmo tempo colaboradores e beneficiados por elas. Isso acontece porque, se as ações cumprem com a finalidade para a qual foi criada, a exemplo do Fundesis, que busca dentre outras coisas, capacitar jovens para o mercado de trabalho, auxiliar instituições de ensino e famílias na educação de suas crianças, jovens e adultos, a sociedade como um todo será beneficiado e, mais diretamente empresas que buscam mão de obra na região, por exemplo.

Diante das discussões realizadas até aqui, acerca do histórico de desenvolvimento das ações de RSA da AIBA, beneficiados, parceiros e das características desta atuação, elaborou-se a figura 3, abaixo, com o intuito de apresentar um esboço da configuração da prática da RSA no campo do agronegócio da região.

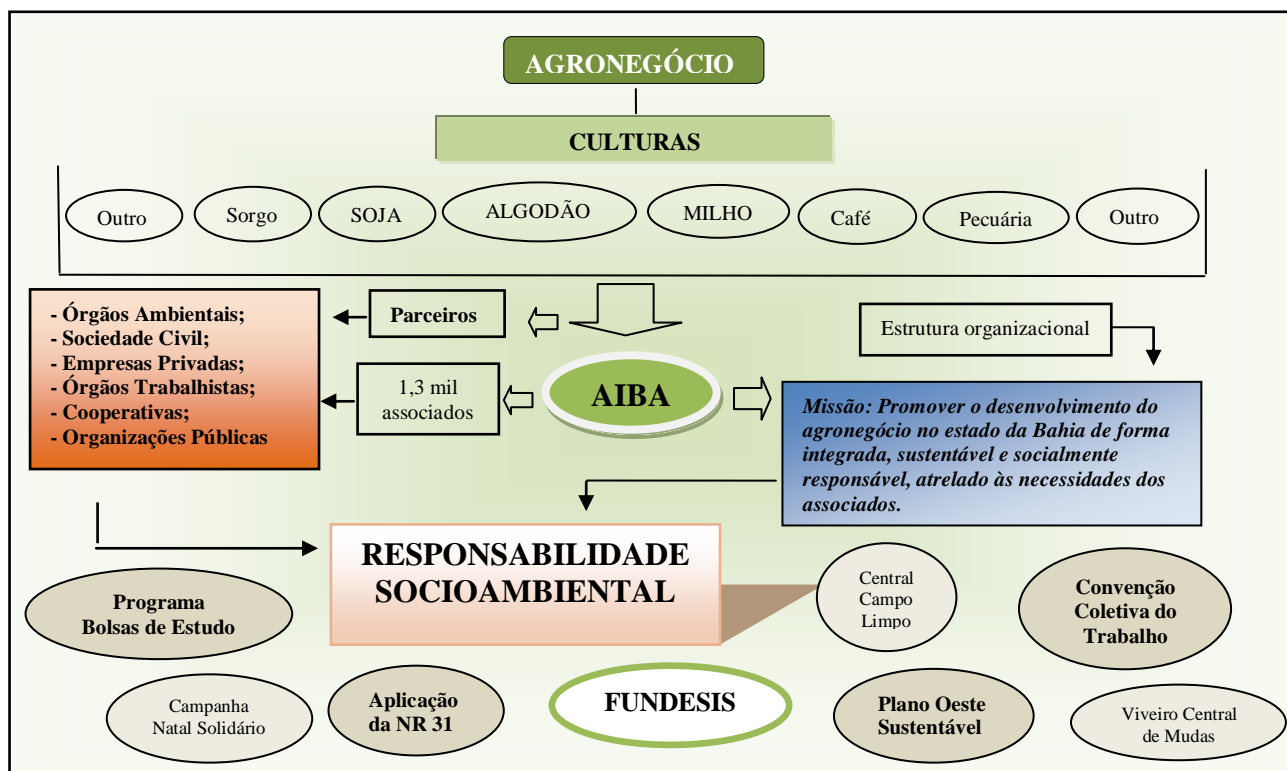


Figura 3 – A configuração da responsabilidade socioambiental no campo de atuação da AIBA.

Fonte: Elaboração própria, 2011.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo teve como propósito identificar e analisar a configuração da RSA do segmento do agronegócio, no oeste baiano, por meio da atuação da AIBA, ressaltando o processo histórico de desenvolvimento das ações socioambientais, os beneficiados, parceiros envolvidos e principais características. A partir do levantamento bibliográfico, observou-se que a introdução da prática agrícola mecanizada no Oeste da Bahia, iniciada na década de 1970, trouxe uma configuração insustentável para a região. Diante de um cenário marcado por problemas socioambientais expressivos, apresenta-se o exercício da RSA por parte de gestores do agronegócio do Oeste baiano, como uma alternativa viável para minimizar os impactos desse quadro problemático e, ao mesmo tempo, contribuir para a promoção da sustentabilidade na região.

Com relação à pesquisa, verificou-se que o processo de introdução da temática tardou a acontecer, e as primeiras práticas se assemelham muito mais a ações assistencialistas e ao cumprimento de suas obrigações legais. Observou-se ainda, que a associação tem se pautado, desde a sua constituição, do discurso de que se empenha em promover um modelo de RSA fundamentada no princípio de atuação sustentável. Desse modo, uma das características dessa atuação RSA, é o desenvolvimento de práticas voltadas para o âmbito econômico, social e ambiental.

Contudo, apesar de demonstrar preocupação para com a questão ambiental a associação tem diminuído a sua atuação neste campo. Outra característica percebida, foi que os parceiros envolvidos nas práticas de RSA implementadas pela AIBA são ao mesmo tempo beneficiados por essas ações. Com relação à atuação responsável da associação no âmbito dos setores sociais, constatou-se que a associação está construindo uma articulação entre os diferentes atores sociais envolvidos ou não diretamente, nas esferas social, ambiental, econômica, jurídica e política. No entanto, não promove um diálogo entre os agentes internos da associação que lidam com as práticas de RSA.

A prática da RSA como uma proposta da AIBA, portanto, promove uma dinâmica de discussões acerca da temática, que vai além do quadro dos atores diretamente relacionados com o segmento da região. Trata-se de um diálogo prematuro, introdutório, mas que já representa um primeiro passo. Neste sentido, a atuação da AIBA no campo da RSA tem se constituído numa forma de demonstrar para a sociedade que o segmento do agronegócio da região Oeste da Bahia, por meio da representatividade da associação, preocupa-se em estabelecer um agronegócio que gere crescimento econômico, melhorias para a sociedade e promova a sustentabilidade ambiental.

No entanto, chama-se a atenção para o fato de que essa prática socioambiental responsável tem-se se caracterizado, sobretudo, como uma transferência de recursos financeiros. O Fundesis é maior expressão disso, visto que já investiu em torno de R\$ 1.700.000,00 reais em projetos de caráter socioambiental. Desse modo, a AIBA começa a transcender à ações de caráter filantrópico, contudo, essa nova forma de atuar responsavelmente, implica também, na redução da sua participação direta nas práticas desenvolvidas, o que compromete a possibilidade de fazer um contato da associação com as reais necessidades da região, que sejam mais urgente, minimizando, por extensão, as vias de promoção de um desenvolvimento em bases sustentável, de forma integrada.

REFERÊNCIAS

- ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão Socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade no negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ASHLEY, Patricia Almeida (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. Disponível em: <www.aiba.org.br>. Acesso em 30/12/2010.
- _____. **Anuário da Região Oeste da Bahia**. Barreiras: 2004/05.
- _____. **Anuário da Região Oeste da Bahia**. Barreiras: 2005/06.
- _____. **Anuário da Região Oeste da Bahia**. Barreiras: 2006/07.
- _____. **Anuário da Região Oeste da Bahia**. Barreiras: 2007/08.
- _____. **Anuário da Região Oeste da Bahia**. Barreiras: 2008/09.
- _____. **Anuário da Região Oeste da Bahia**. Barreiras: 2009/10.
- _____. **Anuário da Região Oeste da Bahia**. Barreiras: 2010/11.
- _____. **Anuário da Região Oeste da Bahia**. Barreiras: 2011/12.
- _____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n], ano 8, n. 137, set. 2006.
- _____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n], ano 8, n. 141, jan. 2007.
- _____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n], ano 9, n. 148, ago. 2007.
- _____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n], ano 9, n. 151, nov. 2007.
- _____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n], ano 16, n. 159, jul. 2008.
- _____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n], ano 17, n. 178, out./nov. 2010.
- _____. **INFORMAIBA**. Barreiras: [s.n], ano 18, n. 202, jun. 2012.
- BAIARDI, Almícar. Desenvolvimento rural e consolidação da moderna agricultura familiar no Oeste baiano: de colonos a *neo-farmers*. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 13, n. 4, p. 851-867, mar. 2004.
- BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BORGER, Fernanda Gabriela. Responsabilidade Corporativa: a dimensão ética, social e ambiental na gestão das organizações. In: VILELA Jr. Alcir e DEMAJOROVIC, Jacques (Org.). **Modelos de ferramentas de gestão ambiental: desafios e perspectivas para as organizações**. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2006.
- DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade Social: fundamentos e gestão**. São Paulo: Atlas, 2012.
- KREITLON, Maria Priscilla. **O discurso da responsabilidade social empresarial ou a lógica e a retórica da legitimação: um olhar sob o campo do petróleo**. Salvador, 2008. 272p. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2008. Disponível em <<http://www.adm.ufba.br/contents.php?opc=PBLC&nPblcId=736>>. Acesso em: 09 nov. 2010.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MONDARDO, Marcos Leandro. **Espaços agrários e meio ambiente**: Bahia, Bahias. Rio de Janeiro: Ponto da Cultura Ltda., 2011.
- NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. C.; MELLO, M. C. A. **Gestão Socioambiental Estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- RAMOS, Pedro. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS, P. (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. p. 19-52.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Perspectivas para políticas agroambientais. In: RAMOS, P. (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. p. 283-312.
- SANTOS, Clovis Caribe Menezes dos. **Oeste da Bahia**: modernização com (des) articulação econômica e social de uma região. Salvador, 2007. 239 p. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DA BAHIA. **Estimativa da população 2006 e IDH dos Municípios por Território de Identidade**. Disponível em: <www.seagri.ba.gov.br/populacao_idh_territorios.pdf> Acesso em: 20 jun. 2012.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Responsabilidade Social e Empresarial**: teoria e prática. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- VEIGA, José. Eli da. **A Emergência Socioambiental**. São Paulo: Editora Senac SP, 2007.
- VIANA, João Aurélio Soares. Agronegócio baiano: história recente de uma revolução silenciosa. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 13, n. 4, p. 851-867, mar. 2004.
- ZYLBERSZTAJN, D.; MACHADO FILHO, C. P. **Ações Coletivas**: o papel das associações de interesse privado no agribusiness. São Paulo, set. 1998.